

Agroterenas Citrus Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Quotistas da
Agroterenas Citrus Ltda.
Santa Cruz do Rio Pardo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agroterenas Citrus Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroterenas Citrus Ltda. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da entidade é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e 23 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Agroterenas Citrus Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de março 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.331	52.570	Fornecedores	15	15.198	18.222
Contas a receber de clientes	9	14.161	3.899	Fornecedores - partes relacionadas	28	28	8.386
Contas a receber - partes relacionadas	28	2.139	814	Empréstimos e financiamentos	16	75.622	63.450
Instrumentos financeiros derivativos	20 e.	3.126	806	Instrumentos financeiros derivativos	20 e.	2	-
Estoques	10	34.090	31.204	Passivos de arrendamentos	13	6.504	6.784
Ativos biológicos	11	170.901	297.893	Salários e encargos sociais		8.884	6.712
Adiantamentos a fornecedores		10.841	3.637	Impostos e taxas		177	67
Tributos a recuperar	12	264	468	Adiantamento de clientes		76	49
Imposto de renda e contribuição social a compensar	22 a.	1.370	1.233	Outros valores e obrigações		72	147
Outros valores e direitos		1.497	3.123				
				Total do passivo circulante		106.563	103.817
Total do ativo circulante		270.720	395.647	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	16	125.638	108.533
Realizável a longo prazo				Instrumentos financeiros derivativos	20 e.	2.940	3.376
Contas a receber - partes relacionadas	28	17.832	34.854	Passivos de arrendamentos	13	114.311	134.110
Tributos a recuperar	12	22.443	16.588	Tributos diferidos	22 b.	120.100	153.175
Depósitos Judiciais	17	653	1.300	Provisões para contingências	17	97	214
				Outras provisões	18	15.347	11.053
Total do realizável a longo prazo		40.928	52.742	Total do passivo não circulante		378.433	410.461
Ativos de direito de uso	13	114.067	141.257	Total do passivo		484.996	514.278
Imobilizado	14	373.911	303.467	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		528.906	497.466	Capital social	19	149.000	149.000
				Reservas de lucros		165.630	229.835
				Total do patrimônio líquido		314.630	378.835
Total do ativo		799.626	893.113	Total do passivo e do patrimônio líquido		799.626	893.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Receita líquida	23	322.019	308.587
Variação no valor justo	11	(150.023)	109.627
Custo dos produtos vendidos	24	(197.542)	(164.366)
Lucro/Prejuízo bruto		(25.546)	253.848
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	24	(15.766)	(11.056)
Despesas gerais e administrativas	24	(14.960)	(17.250)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(15.301)	(1.792)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(71.573)	223.750
Receitas financeiras	26	12.328	7.144
Despesas financeiras	26	(38.035)	(36.447)
Financeiras líquidas		(25.707)	(29.303)
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(97.280)	194.447
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22 c.	-	(7.975)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22 c.	33.075	(58.139)
Resultado do exercício		(64.205)	128.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Resultado do exercício	(64.205)	128.333
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(64.205)</u>	<u>128.333</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Subvenção para investimento	Legal	Reserva de Lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de março de 2024		149.000	3.153	97.253	1.096	-	-	250.502
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	128.333	128.333
Destinação Resultado:								
Transferência para subvenção para investimentos	20	-	-	26.991	-	(26.991)	-	-
Constituição de reserva de lucro	20	-	-	-	-	128.333	(128.333)	-
Em 31 de março de 2025		149.000	3.153	124.244	1.096	101.342	-	378.835
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(64.205)	(64.205)
Destinação Resultado:								
Transferência para subvenção para investimentos	19 c.	-	-	12.507	-	(12.507)	-	-
Absorção de prejuízos acumulados	20	-	-	-	-	(64.205)	64.205	-
Em 31 de março de 2026		149.000	3.153	136.751	1.096	24.630	-	314.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agroterenas Citrus Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do exercício		(64.205)	128.333
Ajustes:			
Marcação a mercado de derivativos		(2.754)	2.787
Depreciação e amortização	29	16.858	16.285
Resultado da alienação de imobilizado	14	276	201
Juros sobre empréstimos, financiamentos e mútuo	16	26.145	21.400
Realização de AVP - passivos de arrendamentos	29	11.299	8.653
Amortização de ativo biológico	29	121.493	112.831
Variações no ativo biológico - valor justo	11	150.023	(109.627)
Provisão para contingências	17	(119)	(255)
Provisão para itens obsoletos	10	364	425
Outras provisões	18	4.294	3.466
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22 c.	-	7.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 c.	(33.075)	58.139
Variação no capital circulante líquido			
Contas a receber		(10.262)	11.170
Partes relacionadas		7.339	(5.405)
Estoques		(3.250)	(1.452)
Adiantamento a fornecedores		(7.204)	(1.419)
Tributos a recuperar		(5.788)	(1.169)
Depósitos judiciais		649	1.298
Fornecedores		(3.024)	10.086
Salários e encargos sociais		2.172	677
Impostos e taxas a recolher		110	(28)
Adiantamentos de clientes		27	(30.617)
Outros valores e obrigações		1.551	(772)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(16.864)	(13.198)
Impostos pagos		-	(1.671)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>196.055</u>	<u>218.113</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	29	(82.619)	(92.801)
Ativo biológico - tratamentos culturais	11	(151.904)	(121.493)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(234.523)</u>	<u>(214.294)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	63.172	33.300
Amortização de empréstimos e financiamentos	16	(43.176)	(28.278)
Amortização de arrendamentos	29	(1.767)	(954)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		<u>18.229</u>	<u>4.068</u>
Redução/ aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>(20.239)</u>	<u>7.887</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>52.570</u>	<u>44.684</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>32.331</u>	<u>52.570</u>
Redução/ aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>(20.239)</u>	<u>7.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agroterenas Citrus Ltda. (a “Empresa” ou “Citrus”), com sede no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, filial no município de Bataguassu, Estado do Mato Grosso do Sul, dedica-se à produção de laranja e limão mediante a exploração agrícola em terras próprias ou de terceiros.

A Empresa é fornecedora de laranja para diversos clientes, tendo concentração de 95,37% com os clientes Citrosuco S/A Agroindústria, Sucocítrico Cutrale Ltda. e a parte relacionada Agroterenas Industrial Citrus Ltda., correspondendo a 32,20%, 24,42% e 38,75% respectivamente da receita bruta, mantendo elevado grau de dependência destes clientes.

A Empresa é parte integrante do Grupo Agroterenas ("Grupo Agroterenas" ou "Grupo") que é composto pelas seguintes empresas:

- Agroterenas S.A. Administração e Participações (“Adm”), empresa controladora do grupo, onde são consolidadas as demais empresas;
- Agroterenas Terras Ltda. ("Terras");
- Agroterenas S.A. Cana (“Cana”);
- Agroterenas Estrela do Oeste Ltda. (“Estrela”);
- Agroterenas Industrial Citrus Ltda. ("Industrial Citrus");
- Agroterenas International E.C. (“International”); (Encerrada) e
- Agroterenas International L.L.C. (“International”).

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Empresa acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

A Empresa seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13:** o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

b. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11:** Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Empresa representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados

- **Nota explicativa nº 14:** Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

- **Nota explicativa nº 17:** Provisões para contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos.

- **Nota explicativa nº 13:** Passivo de arrendamentos

A Empresa possui contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria agrícola para o cultivo de laranja e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2).

c. Mensuração do valor justo

As políticas e divulgações contábeis da Empresa requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 11:** Ativo biológico; e
- **Nota explicativa nº 20:** Instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
 - Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Venda de produtos

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Produto acabado	Os clientes obtêm controle da laranja mediante a entrega nas suas respectivas unidades industriais.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Instrumentos de *hedge* reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação ilimitada de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4%
Máquinas e acessórios	10%
Móveis e equipamentos	10%
Máquinas e implementos	11%
Veículos	16%
Informática	20%
Pastagens	10%
Lavouras	6%
Outras	10%

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

j. Capital social

Quotas

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de “recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliza os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, à medida que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

n. Subvenções governamentais

A Empresa reconhece valores referentes a subvenções governamentais quando existe razoável certeza de que poderá cumprir todas as condições acordadas e que a subvenção realmente será recebida.

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07.

A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no Patrimônio Líquido. Os valores correspondentes à receita de subvenção se constituirão em reserva de incentivos fiscais no Patrimônio líquido e não poderão compor a base para dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais propostos

o. Ativo biológico

Os ativos biológicos compreendem o plantio e cultivo de laranja e limão e são mensurados ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda, a partir do momento em que possuírem transformação biológica significativa. Até essa data, o custo incorrido é considerado como sendo o valor justo do ativo biológico. O ciclo produtivo da laranja e limão tem início em média quatro anos após o plantio, após este período, o pomar produz frutos por mais 16 anos/safras, em média.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo dos ativos biológicos e os custos incorridos com o plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica “Variação no valor justo”. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos no momento da colheita é determinado pela diferença entre o seu valor justo nesse momento e o valor justo apurado na última avaliação efetuada.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou, quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condições de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O valor justo dos ativos biológicos da Empresa representa o valor dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela administração da Empresa.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2025 (01 de abril de 2025 para a Empresa). A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

(a) CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027 (01 de abril de 2027 para a Empresa). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	2026	2025
Caixa e bancos	85	113
CDB – Certificados de Depósitos Bancários, Letras Financeiras e compromissadas (i)	32.246	52.457
	<u>32.331</u>	<u>52.570</u>

- (i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. A Empresa pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. CDB – Certificados de Depósitos Bancários estão sujeitos a taxa média de juros correspondente a 98,91% do CDI (100,53% CDI em 31 de março de 2025).

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 20.

9 Contas a receber de clientes

A Empresa possui contas a receber, com vencimentos inferiores a três meses e seu valor justo se aproxima do valor contábil nas datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do contas a receber. A Empresa não mantém nenhum título como garantia.

	2026	2025
Contas a receber – mercado interno	<u>14.161</u>	<u>3.899</u>

A administração da Empresa avaliou e não identificou a necessidade de registro de provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de março de 2026 (R\$ 0 em 31 de março de 2025).

	2026	2025
A vencer:		
Em até 6 meses	13.691	3.861
Vencidas:		
Até 6 meses	470	38
	<u>14.161</u>	<u>3.899</u>

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’ está divulgada na nota explicativa 20.

10 Estoques

	2026	2025
Insumos e embalagens	28.783	29.418
Materiais diversos - peças e outros	4.383	1.147
Combustíveis e lubrificantes	924	639
	<u>34.090</u>	<u>31.204</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Em 31 de março de 2026, a Empresa realizou uma provisão para perdas nos estoques no valor total de R\$ 364 (R\$ 425 em 31 de março de 2025), sendo que R\$ 227 (R\$ 236 em 31 de março de 2025) é relativo aos insumos e embalagens e R\$ 137 (R\$ 189 em 31 de março de 2025) é relativo aos materiais diversos – peças e outros.

Movimentação das provisões para perda nos estoques:

	Provisão para perdas
Saldo em 31 de março de 2024	<u>(204)</u>
Adições	(425)
Baixas	<u>204</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u>(425)</u>
Adições	(364)
Baixas	<u>425</u>
Saldo em 31 de março de 2026	<u>(364)</u>

11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Empresa compreendem o cultivo e plantio de laranja e limão para abastecimento de matéria-prima na produção de suco concentrado da parte relacionada Industrial Citrus, indústrias de terceiros e mercado *spot*. Em 31 de março de 2026, a Empresa possui, entre áreas de terras próprias e arrendadas em produção (fruto na árvore), 7.524 hectares (6.853 hectares em 31 de março de 2025).

O cultivo de laranja é iniciado pelo plantio em terras próprias ou de terceiros e a primeira colheita ocorre após um período médio de 4 anos do plantio. Após o período de plantio, o pomar produz frutos, em média, por mais 16 anos/safras.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da laranja (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com colheita e transporte; (iii) custos de capital (equivalentes a arrendamento de terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (fruto na árvore) produzidos nos pomares (planta de produção), que serão utilizados como matéria-prima na produção de suco concentrado e/ou venda no mercado de mesa no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

A movimentação do saldo de ativos biológicos nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e de 2025 está abaixo demonstrada:

	Citrus	
Saldo em 1º de abril de 2024		<u>194.772</u>
(+) Acréscimo tratos culturais		121.493
(-) Amortização tratos		(127.999)
(-) Amortização valor justo		(81.941)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas		15.168
(+) Ajuste a valor justo		<u>176.400</u>
Saldo em 31 de março de 2025		<u>297.893</u>
(+) Acréscimo tratos culturais		151.904
(-) Amortização tratos		(128.873)
(-) Amortização valor justo		(176.400)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas		7.380
(+) Ajuste a valor justo		<u>18.997</u>
Saldo em 31 de março de 2026		<u><u>170.901</u></u>
	2026	2025
(-) Amortização valor justo	(176.400)	(81.941)
(+) Valor justo - parcerias agrícolas	7.380	15.168
(+) Ajuste a valor justo	<u>18.997</u>	<u>176.400</u>
	<u>(150.023)</u>	<u>109.627</u>

Lavoura de laranja

Para a cultura de laranja, as principais premissas adotadas pela Empresa na elaboração do cálculo do valor justo:

	31/03/2026	31/03/2025
Área estimada de colheita (hectares)	7.524	6.853
Produtividade prevista (caixas/ hectares)	665	827
Preço Caixa 40,8kg – R\$/kg	<u>31,08</u>	<u>63,24</u>

- (i) O volume de produção de laranja a ser colhida (produtividade), medida em caixas, estimado considerando a produtividade média projetada por idade do pomar;

- (ii) Os preços de venda são baseados na média da caixa de 40,8 kg, divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), na data da demonstração financeira, ajustado as condições de oferta e demanda sazonais da fruta, além de premissas regionais de precificação da laranja para indústria e in natura, base para fixação de preços de venda nos contratos que à Empresa possui com terceiros;
- (iii) A produtividade é calculada por caixa de laranja por hectare, sendo que cada idade possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc;
- (iv) A Administração revisou e atualizou para 9,20% (8,52% em 31 de março de 2025) a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa correspondente ao custo médio de capital ponderado do Grupo.

A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados aos seus pomares:

Riscos regulatórios e ambientais

A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de sucos e coprodutos produzidos a partir da laranja. Quando possível, a Empresa gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de laranja estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação dos pomares.

Análise de sensibilidade

A Empresa avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da caixa de 40,8 kg de laranja e (ii) volume de produção de laranja, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da caixa de laranja resultaria em um aumento ou redução de R\$12.901. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 9.871.

12 Tributos a recuperar

	2026	2025
ICMS (i)	22.443	16.588
IRRF	264	468
	<u>22.707</u>	<u>17.056</u>
Circulante	264	468
Não circulante	22.443	16.588

- (v) Refere-se a crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), oriundo das entradas de insumos e combustíveis, acumulado devido ao diferimento na venda da laranja. A Empresa tem adotado a Portaria CAT 83/2009, para aproveitamento de tais créditos, que ao serem analisados e deferidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a Empresa possui regime especial de interdependência para utilização de créditos com a parte relacionada Agroterenas Industrial Citrus Ltda., além do que os créditos poderão ser utilizados para aquisição de ativo imobilizado, compra de insumos agrícolas ou venda dos referidos créditos. O saldo de ICMS apresentado reflete o montante que a Empresa espera realizar no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante em função da expectativa de realização desses tributos pela administração da Empresa, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos.

Pelo fato dos créditos classificados no não circulante demandarem tempo de análise dos órgãos públicos competentes e estes não divulgarem tempo previsto para reconhecimento deles, a Empresa não realiza uma abertura da expectativa de realização deste montante ao longo dos anos.

13 Direito de uso e Passivo de arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Os quadros abaixo apresentam os efeitos patrimoniais e suas movimentações:

O saldo de Ativo de direito de uso é composto por:

Custo	Terras Parcerias	Terras Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de março de 2024	148.275	-	148.275
Adições e/ou remensurações	12.612	8.973	21.585
Saldo em 31 de março de 2025	160.887	8.973	169.860
Adições e/ou remensurações	(14.144)	7	(14.137)
Saldo em 31 de março de 2026	146.743	8.980	155.723

Amortização	Terras Parcerias	Terras Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de março de 2024	(23.123)	-	(23.123)
Amortizações	(4.997)	(483)	(5.480)
Saldo em 31 de março de 2025	(28.120)	(483)	(28.603)
Amortizações	(12.251)	(801)	(13.053)
Saldo em 31 de março de 2026	(40.371)	(1.284)	(41.656)
Saldo líquido em 31 de março de 2025	132.767	8.490	141.257
Saldo líquido em 31 de março de 2026	106.3720	7.696	114.067

O saldo de passivo de arrendamento é composto por:

	Terras Parcerias	Terras Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de março de 2024	<u>125.282</u>	<u>-</u>	<u>125.282</u>
Adições e/ou remensurações	12.612	8.973	21.585
AVP realizado	12.897	552	13.449
Amortizações	<u>(18.468)</u>	<u>(954)</u>	<u>(19.422)</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u>132.323</u>	<u>8.571</u>	<u>140.894</u>
Circulante	6.389	395	6.784
Não circulante	<u>125.934</u>	<u>8.176</u>	<u>134.110</u>
Adições e/ou remensurações	(14.144)	7	(14.137)
AVP realizado	12.706	987	13.693
Amortizações	<u>(17.868)</u>	<u>(1.767)</u>	<u>(19.635)</u>
Saldo em 31 de março de 2026	<u>113.017</u>	<u>7.798</u>	<u>120.815</u>
Circulante	6.199	305	6.504
Não circulante	<u>106.818</u>	<u>7.493</u>	<u>114.311</u>
		2026	2025
Saldo passivo de arrendamento		229.899	279.232
(-) Ajuste a valor presente		<u>(109.084)</u>	<u>(138.338)</u>
		<u>120.815</u>	<u>140.894</u>

A taxa média de desconto é de 11,59% a.a. (Em 31 de março de 2025 era 10,32% a.a.)

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamentos segue abaixo:

Até março de:	2026	2025
2027/28	-	11.788
2028/29	10.701	11.724
2029/30	11.026	11.750
Após 2030/31	<u>92.584</u>	<u>98.848</u>
	<u>114.311</u>	<u>134.110</u>

14 Ativo Imobilizado

<u>CUSTO</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Máquinas e Acessórios</u>	<u>Máquinas e implementos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e equipamentos</u>	<u>Informática</u>	<u>Pastagens</u>	<u>Outras</u>	<u>Lavouras</u>	<u>Imobilizações andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2024	6.015	12.647	31.800	15.916	2.167	2.404	3.599	10.191	257.137	6.810	391	349.077
Aquisições	-	656	4.713	1.481	156	43	-	-	58.486	25.483	8.638	99.657
Baixas	-	-	(1.735)	(521)	-	-	-	-	-	-	-	(2.256)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	2.510	-	(2.510)	-	-
Em 31 de março de 2025	6.015	13.303	34.778	16.876	2.323	2.447	3.599	12.701	315.623	29.783	9.029	446.477
Aquisições	511	1.232	1.940	438	177	68	-	273	52.227	30.657	-	87.523
Baixas	-	-	(1.570)	(196)	-	-	-	-	-	-	-	(1.766)
Transferência	31.336	(7.350)	582	-	-	-	-	1.725	-	(17.264)	(9.029)	-
Em 31 de março de 2026	37.862	7.185	35.730	17.118	2.500	2.515	3.599	14.699	367.850	43.176	-	532.234
<u>DEPRECIACÃO</u>												
Em 31 de março de 2024	(4.164)	(3.853)	(9.873)	(7.589)	(1.682)	(1.330)	(3.395)	(5.471)	(91.544)	-	-	(128.901)
Adições	(147)	(220)	(3.585)	(1.660)	(93)	(271)	(26)	(673)	(9.489)	-	-	(16.164)
Baixas	-	-	1.662	393	-	-	-	-	-	-	-	2.055
Em 31 de março de 2025	(4.311)	(4.073)	(11.796)	(8.856)	(1.775)	(1.601)	(3.421)	(6.144)	(101.033)	-	-	(143.010)
Adições	(427)	(268)	(3.420)	(1.227)	(89)	(271)	(25)	(707)	(10.369)	-	-	(16.803)
Baixas	-	-	1.293	196	-	-	-	-	1	-	-	1.490
Em 31 de março de 2026	(4.738)	(4.341)	(13.923)	(9.887)	(1.864)	(1.872)	(3.446)	(6.851)	(111.401)	-	-	(158.323)
Saldo líquido em 31 de março de 2025	1.704	9.230	22.982	8.020	548	846	178	6.557	214.590	29.783	9.029	303.467
Saldo líquido em 31 de março de 2026	33.124	2.844	21.807	7.231	636	643	153	7.848	256.449	43.176	-	373.911

Em 31 de março de 2026 e 2025, as imobilizações em andamento concentram-se na expansão da atividade citrícola no estado do Mato Grosso do Sul e, substancialmente, na implementação de sistema de irrigação na unidade de Bataguassu-MS e Santa Cruz do Rio Pardo-SP. A conclusão das obras está prevista para março de 2027, ocasião em que os respectivos valores serão transferidos para o ativo imobilizado em operação, com o consequente início da depreciação.

A vida útil dos ativos imobilizados da Empresa, objeto de cálculo da depreciação reconhecida no resultado do exercício, encontra-se revisada em consonância com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Análise do valor recuperável dos ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2026, a Empresa não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

Bens dados em garantia

Em 31 de março de 2026, aproximadamente R\$ 2.282 (R\$ 6.331 em 31 de março de 2025) de bens do ativo imobilizado encontravam-se gravados em garantia, e são representados em sua grande maioria por máquinas agrícolas e benfeitorias de irrigação.

15 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores – Mudanças	1.552	6.915
Fornecedores – Insumos	7.385	4.306
Fornecedores – Imobilizado	616	2.984
Fornecedores - Combustíveis	764	554
Fornecedores - Diversos	4.881	3.463
	<u>15.198</u>	<u>18.222</u>

Referem-se, substancialmente, a títulos a pagar para fornecedores, pelas compras de insumos, materiais utilizados para produção agrícola, especificamente mudas para formação de novos pomares.

A exposição da Empresa para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

16 Empréstimos e Financiamentos

a. Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento final	2026	2025
BNDES FINAME	PRÉ	10,50%	nov/28	2.282	3.286
CCB	PRÉ	5,45%	fev/26	-	3.044
CCB	CDI	1,15%	fev/29	49.169	56.477
CPR	CDI	1,56%	fev/31	54.632	54.364
CRÉDITO RURAL (i)	PRÉ	13,33%	jul/30	66.213	54.812
F.C.O.	PRÉ	6,30%	jan/35	28.964	-
				<u>201.260</u>	<u>171.983</u>
		Circulante		75.622	63.450
		Não circulante		125.638	108.533

(i) o contrato de empréstimo conta com instrumento financeiro derivativo (swap) para mitigar o impacto de juros.

b. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
2026/27	-	46.067
2027/28	46.612	25.233
2028/29	34.469	25.233
2029/30	15.236	6.000
2030/31	15.238	6.000
2031/32	3.521	-
2032/33	3.521	-
2033/34	3.521	-
2034/35	3.520	-
	<u>125.638</u>	<u>108.533</u>

Dentre as garantias oferecidas para operações de empréstimos e financiamentos, estão: aval, cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação de máquinas e equipamentos.

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Empréstimos bancários
Saldo em 31 de março 2024	<u>158.759</u>
Obtenção de empréstimos e financiamentos	33.300
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(28.278)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.198)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<u>21.400</u>
Saldo em 31 de março 2025	<u>171.983</u>
Obtenção de empréstimos e financiamentos	63.172
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(43.176)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.864)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<u>26.145</u>
Saldo em 31 de março 2026	<u>201.260</u>

d. “Covenants” financeiros contratuais e não financeiros

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Empresa não possuía contratos de empréstimos ou financiamentos sujeitos a vencimentos antecipados em decorrência de cláusulas de “covenants” financeiros, somente covenants não financeiros.

17 Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de março de 2026, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 97 (R\$ 214 em 31 de março de 2025). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total	Depósitos judiciais (c)
Saldo em 31 de março de 2024	(1)	(468)	(469)	2.598
Adições	-	-	-	267
Atualizações	(1)	(16)	(17)	61
Baixas	-	272	272	(1.626)
Saldo em 31 de março de 2025	(2)	(212)	(214)	1.300
Adições	-	-	-	7
Atualizações	(1)	(1)	(2)	39
Baixas	-	119	119	(693)
Saldo em 31 de março de 2026	(3)	(94)	(97)	653

- (a) Cíveis
Referem-se a ações e procedimentos cíveis, referentes a pedido de indenização.
- (b) Trabalhista
Referem-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros.
- (c) Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Empresa, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Perdas possíveis

Em 31 de março de 2026 e 2025 existem processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis, contra a Empresa cuja probabilidade de perda é considerada possível. As ações avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco possível totalizaram R\$ 5.011 em 31 de março de 2026 (R\$ 5.032 em 31 de março de 2025), sendo R\$ 4.894 relativo a reclamações trabalhistas (R\$ 4.923 em 31 de março de 2025) e R\$ 1 de reclamações tributárias (R\$ 1 em 31 de março de 2025). E tem R\$ 116 relativos a reclamações cíveis (R\$ 108 em 31 de março de 2025).

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil.

Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da

Empresa é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de março de 2026, não eram conhecidas ações formalizadas contra a Empresa que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

18 Outras provisões

	Outras provisões
Em 31 de março de 2024	7.587
Atualização (i)	3.466
Em 31 de março de 2025	11.053
Atualização (i)	4.294
Em 31 de março de 2026	15.347

- (i) Provisão referente ao custo futuro da transformação de áreas de pomar de laranja para entrega ao proprietário ao final do ciclo em condições de pastagem, conforme obrigação assumida entre as partes através de contratos de parceria agrícola.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente integralizado é representado por 149.000.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição de quotistas da Empresa em 31 de março de 2026 e 2025 está apresentada a seguir:

Quotistas	Nº de quotas	Valor R\$
Agroterenas S/A Administração e Participações	148.999.992	148.999.992
José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho	6	6
André Rezende Barbosa	1	1
Pedro Rezende Barbosa	1	1
	<u>149.000.000</u>	<u>149.000.000</u>

b. Reserva de lucros

A destinação do saldo da reserva de lucros será definida em Reunião Anual dos Sócios.

c. Reserva de Subvenções para investimento

A Empresa ingressou com pedido de liminar judicial, para reconhecimento do direito à exclusão da base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, os efeitos oriundos das subvenções fiscais do ICMS, sobre a receita de vendas de seus produtos. Até que ocorra o trânsito em julgado do referido pedido, o saldo permanecerá reconhecido no patrimônio líquido na conta de Reservas de Subvenções. As subvenções para investimento sobre a receita de vendas foram modificadas pela Lei 14.789/2023, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

d. Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 3.153, foi constituída no período em que a Empresa estava organizada sob a forma de sociedade anônima (S.A.). A partir do ano de 2021 com a transformação da Empresa em sociedade limitada (Ltda.), o saldo da referida reserva foi mantido e permanece reconhecido no patrimônio líquido.

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativo	Nota	2026	2025
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	32.331	52.570
Contas a receber de clientes	9	14.161	3.899
Contas a receber – partes relacionadas	28	19.971	35.668
Outros valores e direitos		1.497	3.123
		<u>67.960</u>	<u>95.260</u>
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	20 e.	3.126	806
		<u>71.086</u>	<u>96.066</u>
Passivo		2026	2025
Outros passivos			
Fornecedores	15	15.198	18.222
Partes relacionadas	28	28	8.386
Empréstimos e financiamentos	16	201.260	171.983
Passivos de arrendamentos	13	120.815	140.894
Outros valores e obrigações		72	147
		<u>337.373</u>	<u>339.632</u>
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	20 e.	2.942	3.376
		<u>340.315</u>	<u>343.008</u>

Valor justo dos passivos bancários

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se equipara ao valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada em taxas de mercado para operações similares firmadas ou cotadas em data próxima do encerramento do exercício.

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo utilizando técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado que considera certas premissas, tais como, taxa de câmbio futura, descontado a valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Empresa.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho Consultivo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa é de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso ocorra falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa, nota n.8	Bancos diversos	85	113
Aplicações financeiras, nota n.8	Bancos diversos	32.246	52.457
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 20 e.	Bancos diversos	3.126	806
Contas a receber de clientes, nota n. 9	Diversos	14.161	3.899
Contas a receber – partes relacionadas, nota n. 28	Diversos	19.971	35.668
Outros valores e direitos	Diversos	<u>1.497</u>	<u>3.123</u>
		71.086	96.066
Circulante		53.254	61.212
Não Circulante		17.832	34.854

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	2026	2025
A vencer		
Em até 6 meses	13.691	3.861
Vencidas:		
Até 6 meses	<u>470</u>	<u>38</u>
	<u>14.161</u>	<u>3.899</u>

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de créditos esperadas quando transcorridos 180 dias do vencimento ou se houver certeza razoável de que o crédito não poderá ser recebido.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Empresa, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão do fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	2026	2025
Fornecedores, nota n.15	15.198	18.222
Partes relacionadas, nota n. 28	28	8.386
Empréstimos e financiamentos, nota n.16	201.260	171.983
Passivos de arrendamentos, nota n. 13	120.815	140.894
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 20 e.	2.942	3.376
Outros valores e obrigações	<u>72</u>	<u>147</u>
	<u>340.315</u>	<u>343.008</u>
Circulante	97.426	96.989
Não circulante	242.889	246.019

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor Contábil	Valor Contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de março de 2026					
Fornecedores	15.198	15.198	15.198		
Empréstimos e financiamentos	201.260	259.422	35.574	82.971	140.877
Passivos de arrendamentos	120.815	229.899	6.504	10.701	212.694
Instrumentos financeiros derivativos	2.942	2.942	2.942	-	-
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	18.222	18.222	18.222		
Empréstimos e financiamentos	171.983	228.218	75.688	73.617	78.913
Passivo de arrendamentos	140.894	279.232	6.783	11.789	260.660
Instrumentos financeiros derivativos	3.376	10.707	10.707	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ser liquidados significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco proveniente de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, oscilação de moeda e *commodities*, estes têm no resultado da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	2026	2025
Ativos financeiros		
Bancos conta movimento, nota n. 8	85	113
Aplicações financeiras, nota n. 8	32.246	52.457
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 20 e.	3.126	806
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos, nota n. 16	201.260	171.983
Instrumentos financeiros derivativos, nota n. 20 e.	2.942	3.376

A taxa verificada para o CDI é de 14,65% a.a. (Fontes: Banco Central, CETIP e BNDES).

Risco cambial

As operações da Empresa que estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, notadamente o dólar americano.

A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial e, de acordo com essa política, a Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição em dólar das suas operações.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros consiste na possibilidade de a Empresa incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas, pós-fixadas e contratação de instrumentos financeiros que mitiguem o impacto de juros.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As operações atreladas a taxas de juros estão indexadas ao CDI — Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade, a Empresa definiu o cenário I como a posição dos indicadores verificada em 31 de março de 2026, data-base das demonstrações financeiras. O cenário II representa um cenário possível, fundamentado nas projeções estatísticas divulgadas pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus) para o horizonte de 2026. O cenário III representa um cenário de deterioração adicional, com base nas projeções do Banco Central do Brasil (Relatório Focus) para o horizonte de 2027. Os efeitos nos juros a incorrer líquidos — calculados pela diferença entre os encargos financeiros sobre os empréstimos e financiamentos e as receitas de aplicações financeiras para cada indexador — são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Indicadores	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,65%	12,50%	10,50%
Juros a incorrer – Empréstimos e financiamentos	(14.968)	(12.771)	(10.728)
Receita de aplicações financeiras	391	334	280
Juros a incorrer CDI líquido	(14.577)	(12.437)	(10.448)

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2026, a Empresa possui no passivo R\$ 2.942 (R\$ 3.376 em 31 de março de 2025) e no ativo R\$ 3.126 (R\$ 806 em 31 de março de 2025) referente a contratos de “NDF” de dólar, “Swap” de taxa de juros e Opções (Call/Put), que são reconhecidos pelo valor justo.

A composição dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa, todos em moeda nacional, é a seguinte:

Descrição			2026	2025
	De 1 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
<i>Mercado a termo – NDF</i>				
Ponta Passiva	-	-	-	-
Ponta Ativa	1.835	-	1.835	804
Valor justo	1.835	-	1.835	804
<i>Mercado de Opções</i>				
Ponta Passiva	(2)	-	(2)	-
Ponta Ativa	1.291	-	1.291	2
Valor justo	1.289	-	1.289	2
<i>Mercado a termo – Swaps</i>				
Ponta Passiva	-	(2.940)	(2.940)	(3.376)
Ponta Ativa	-	-	-	-
Valor justo	-	(2.940)	(2.940)	-

Descrição	De 1 a 12 meses	Acima de 1 ano	2026	2025
			Total	Total
				(3.376)
		Total	184	(2.570)
Ativo circulante			3.126	806
Ativo não circulante			-	-
Passivo circulante			(2)	-
Passivo não circulante			(2.940)	(3.376)

21 Gestão de capital

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado.

Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também avaliamos o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido e pelo Ativo Total. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Ativos e Passivos fiscais correntes

Abaixo estão demonstrados os saldos de ativos fiscais correntes antecipados na data base:

	2026	2025
IRPJ – Imposto de renda da pessoa Jurídica – a compensar	-	869
CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido – a compensar	1.370	364
	<u>1.370</u>	<u>1.233</u>
	2026	2025
IRPJ – Imposto de renda da pessoa Jurídica – Corrente	(4.635)	(4.635)
CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido – Corrente	(1.669)	(1.669)
	<u>(6.304)</u>	<u>(6.304)</u>

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Passivo (Ativo)		Resultado	
	2026	2025	2026	2025
Prejuízo fiscal (IR) e base negativa (CS)	4.161	-	4.161	(9.761)
Provisão para contingências	33	73	(40)	(86)
Provisão arrendamentos	(6.977)	(7.866)	889	(2.499)
Outras diferenças temporárias	2.181	2.170	12	3.712
Ativo biológico	(7.341)	(60.859)	53.517	(32.116)
Ajuste de avaliação da vida útil	(5.471)	(5.226)	(245)	(134)
Depreciação incentivada a realizar (i)	(100.383)	(75.163)	(25.219)	(17.255)
	<u>(113.796)</u>	<u>(146.871)</u>	<u>33.075</u>	<u>(58.139)</u>

- (i) Oriundos do benefício da depreciação acelerada incentivada para empresas agrícolas. São realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados e ativo biológico.

c. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2026	2025
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(97.280)	194.447
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	33.075	(66.112)
Reconciliação para a taxa efetiva:		
Outras	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado – corrente	-	(7.975)
Imposto de renda e contribuição social no resultado – diferidos	<u>33.075</u>	<u>(58.139)</u>
Total dos Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>33.075</u>	<u>(66.114)</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

23 Receita líquida

Veja as políticas contábeis na nota 6 (b).

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2026	2025
Receita operacional bruta:		
Venda de laranja e limões	328.836	315.047
Devoluções	(64)	-
Impostos	<u>(6.753)</u>	<u>(6.460)</u>
Receita líquida	<u>322.019</u>	<u>308.587</u>

A Empresa foi fornecedora de laranja e limão para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, correspondendo a 38,75% (Em 31 de março de 2025 era 19%) da receita bruta.

24 Custos e Despesas por natureza

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são como segue:

	2026	2025
Despesas e custos com remunerações	(80.531)	(62.747)
Material de uso e consumo	(42.242)	(38.428)
Despesas com materiais e insumos	(19.020)	(23.486)
Despesas e custos com serviços e manutenções	(43.901)	(31.061)
Despesas e custos com serviços sociais e benefícios	(21.378)	(16.018)
Depreciação e amortização	(16.858)	(16.285)
Honorários advocatícios	(2.706)	(2.462)
Despesas com impostos e taxas	(1.575)	(1.476)
Participação dos funcionários	(338)	(849)
Outros	281	140
	<u>(228.268)</u>	<u>(192.672)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(197.542)	(164.366)
Gerais e administrativas	(14.960)	(17.250)
Despesa com vendas	(15.766)	(11.056)
	<u>(228.268)</u>	<u>(192.672)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2026	2025
Venda de materiais diversos	335	-
Ganho e/ou perda sobre baixa de imobilizado	1.113	1.498
Provisão de recebimentos de aluguéis	-	-
Impostos sobre outras receitas	(24)	(138)
Outras provisões	(4.296)	(3.484)
Contingências	119	272
Outras receitas e/ou despesas (i)	(12.548)	60
	<u>(15.301)</u>	<u>(1.792)</u>

- (i) O montante registrado em outras receitas e despesas decorre da liquidação e baixa de saldos mantidos de acordo com serviços compartilhados (CSC) entre partes relacionadas do grupo, reconhecida no resultado do exercício ao valor de custo, conforme definição da administração.

26 Resultado financeiro líquido

	2026	2025
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	3.496	5.511
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	8.351	-
Outros	481	1.633
	<u>12.328</u>	<u>7.144</u>

Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.145)	(21.400)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	(5.866)
Realização do AVP – passivos de arrendamentos	(11.299)	(8.653)
Outros	(591)	(528)
	<u>(38.035)</u>	<u>(36.447)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(25.707)</u>	<u>(29.303)</u>

27 Compromissos firmes

Contratos de venda para entrega futura

A Empresa possui o compromisso de fornecimento para a Citrosuco e Cutrale até o término da safra 2026/2027, correspondentes a aproximadamente 2,6 milhões de caixas (2,6 milhões na safra 2025/2026) de laranja.

28 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Empresa são compostas pelo quotista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho, a controladora Agroterenas S.A. Administração e Participações, empresas do Grupo, Agroterenas Terras Ltda. (“Terras”), Agroterenas Citrus Ltda. (“Citrus”), Agroterenas Industrial Citrus Ltda. (“Industrial Citrus”), Agroterenas S.A. Cana (“Cana”), Agroterenas International E.C. (“International”) (Encerrada) e Agroterenas International L.L.C. (“International”).

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Empresa, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa em 31 de março de 2026 foi de R\$ 590 (R\$ 719 em 31 de março de 2025). A Empresa não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

(ii) Transações com partes relacionadas

						2026	2025
	Quotistas (*)	Diretores	Estrela do Oeste	Agroterenas S/A Cana	Agroterenas Industrial Citrus Ltda.	Total	Total
Ativo							
Circulante							
Contas a receber (i)	221	-	-	-	1.918	2.139	814
Não circulante							
Contas a receber (i)	370	-	-	261	17.201	17.832	34.854
Passivo							
Circulante							
Contas a pagar (i)	-	-	-	24	4	28	8.386
Transações							
Receita de venda de produtos e serviços	-	-	-	-	127.336	127.336	59.261
Remuneração da administração (ii)	-	590	-	-	-	590	719
Receita com juros sobre mútuo	-	-	-	-	-	-	1.489

- (*) São saldos com o quotista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho e outros.
- (i) Os saldos de contas a receber e contas a pagar entre as partes relacionadas referem-se substancialmente a venda de produtos precificados com base em condições de contrato entre as partes e gastos de serviços compartilhados entre as empresas e partes relacionadas, os quais possuem vencimentos definidos dentro do prazo de doze meses. Os saldos com partes relacionadas no não circulante não têm prazo de vencimento definido, os quais são realizados conforme condições negociadas entre as partes.
- (ii) O saldo refere-se à remuneração do diretor durante o período de 01 de abril de 2025 a 31 de março de 2026, é parte de contrato de trabalho regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remuneração e benefícios.

29 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Empresa, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Imobilizado

		2026	2025
Total de aquisições de imobilizado	14	87.523	99.657
Transferência amortização direito de uso para planta portadora		(2.510)	(2.060)
Transferência de despesa financeira ativada para planta portadora		(2.394)	(4.796)
Efeito caixa		<u>82.619</u>	<u>92.801</u>
		2026	2025
Total de depreciação de imobilizado	14	(16.803)	(16.164)
Total de depreciação de arrendamentos	13	(13.053)	(5.480)
Transferência amortização direito de uso para planta portadora		2.510	2.060
Transferência amortização direito de uso para tratos do ativo biológico		10.543	3.299
Impacto no Resultado		<u>(16.858)</u>	<u>(16.285)</u>

c. Passivo de arrendamento

		2026	2025
Total do AVP	13	13.693	13.449
Transferência de despesa financeira ativada para planta portadora		(2.394)	(4.796)
Impacto no Resultado		<u>11.299</u>	<u>8.653</u>
		2026	2025
Total de amortizações	13	(19.635)	(19.422)
Transferência amortização direito de uso para tratos do ativo biológico		10.488	3.299
Impacto no resultado referente canavial entregue ao parceiro	11	<u>7.380</u>	<u>15.168</u>
Efeito caixa		<u>1.767</u>	<u>954</u>

d. Ativo biológico

		2026	2025
Total amortização do ativo biológico	11	(128.873)	(127.999)
Transferência amortização de tratos culturais do ativo biológico		7.380	15.168
Impacto no Resultado		<u>121.493</u>	<u>112.831</u>

30 Eventos subsequentes

Os administradores declaram a existência de uma captação de empréstimo, no montante de R\$ 8.000, que é um fundo do centro oeste (FCO) com vencimento final para janeiro de 2035, ocorrido subsequentemente à data de encerramento do exercício, em condições normais de mercado.

* * *

Composição da Administração

Claudio Massayuki Takao
Diretor Administrativo Financeiro

Nivaldo Faria de Souza
Gerente de Controladoria

Eduardo Henrique Rodrigues
Contador CRC 270473/O-3